



Impeachment de Collor e agenda de governo em editoriais da grande imprensa

VINÍCIUS SALES DO NASCIMENTO FRANÇA*

Introdução

Os grandes grupos de mídia tiveram destacado papel no processo de impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992. A sua influência apareceu em vários momentos como, por exemplo, na publicação das denúncias de Pedro Collor na revista *Veja* de 13 de maio de 1992, que originaram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que resultou no impeachment; ou na entrevista do motorista Eriberto França, que trabalhava para Ana Acioli, secretária do presidente, para a revista *Isto É*, no final de junho do mesmo ano, que deu as evidências mais concretas do envolvimento de Collor no esquema de tráfico de influência de PC Farias. Ainda poderia ser citada a transmissão ao vivo pelas principais redes de rádio e televisão do país da sessão da Câmara dos Deputados que votou a admissibilidade do impeachment e afastou o presidente por seis meses, em 29 de setembro. Collor ainda seria julgado pelo Senado no dia 30 de dezembro de 1992. Ele renunciou na véspera, o que não impediu a sua condenação e perda dos direitos políticos por oito anos.

Tomando como objeto os quatro jornais brasileiros de maior tiragem e reconhecimento naquele ano – *O Globo*, *Jornal do Brasil* (JB), *O Estado de S. Paulo* (OESP) e *Folha de S. Paulo* (FSP) – percebe-se a forte presença de notícias e manchetes ligadas às investigações da CPI, entre maio e setembro. Contudo, ao observar os editoriais institucionais, que divulgam a opinião oficial dos jornais, não se percebe um apoio unânime ao impeachment no mesmo período. O JB apoiou Collor em vários editoriais, como em “Desejo Oculto”, de 7 de junho de 1992, que acusou os defensores do impeachment de golpistas. *O Globo* também não defendeu a queda do presidente em seus editoriais. Um exemplo é o texto “O que a nação exige”, impresso na capa da edição de 6 de julho de 1992, que defende as investigações, mas isenta o presidente de envolvimento nas denúncias. Em contraste, a FSP pediu a sua renúncia no texto “Renúncia Já”, de 30 de junho de 1992, e passou a defender o impeachment em vários editoriais do mês de agosto (LATTMAN-WELTMAN, 1994: 91-115; FRANÇA, 2015: 72-82).

* Professor Auxiliar Substituto na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus V – Santo Antonio de Jesus. Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: vifranca@gmail.com.

Com a finalidade de elucidar a posição das grandes empresas de mídia em torno do fim do mandato de Collor, este artigo questiona como os quatro jornais se posicionaram com relação ao impeachment e ao programa de governo nos editoriais publicados em datas próximas ao dia em que a Câmara dos Deputados admitiu o impeachment; e quais relações podem ser estabelecidas entre as suas posições e os seus interesses empresariais.

Para discutir o papel político da imprensa, tomou-se como referencial teórico o conceito de imprensa como partido, proposto por Gramsci (2010). O autor italiano define os mecanismos de controle político de uma sociedade pela classe dominante a partir da coerção aos grupos inimigos por meio do aparato repressivo estatal, que envolve tanto a burocracia quanto as forças policiais e militares; e do consenso com outros setores da sociedade, que devem aderir aos valores da classe dominante através de instituições que disseminam a ideologia: bibliotecas, sindicatos, meios de comunicação, igrejas, escolas, etc. Tal quadro constitui o Estado ampliado, formado pela sociedade política, responsável pela coerção, e pela sociedade civil, dedicada a disputa ideológica. Para Gramsci, os partidos políticos representam as suas respectivas classes nas duas partes do Estado, sendo os veículos de comunicação partidos que disseminam valores, com a finalidade de obter a adesão do público e constituir a hegemonia de sua classe na sociedade civil. Assim, a imprensa não se caracteriza pela imparcialidade, pelo contrário, suas publicações refletem os interesses de classe que a determinam como os dos seus proprietários, anunciantes e investidores.

Também se utilizou a concepção de Almeida (2011), que define a transição do regime ditatorial para o democrático no Brasil a partir de uma crise de hegemonia burguesa: a formação de um dissenso nas elites devido à falência do modelo econômico desenvolvimentista do regime militar. Nos anos 1970, a acumulação burguesa dependia do investimento estatal na economia principalmente nos setores de indústria de base e infraestrutura. A partir de 1979, o aumento dos preços internacionais de petróleo somado a alta dos juros norte-americanos, levaram ao crescimento da dívida externa brasileira. Na década de 1980, as dificuldades para o pagamento da dívida e a ocorrência de altos índices de inflação inviabilizaram os investimentos estatais.

O baixo crescimento econômico na década, o fracasso de sucessivos planos contra a inflação e os pedidos de socorro ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1982 e 1988, intercalados com uma moratória da dívida externa, em 1987, evidenciam a ausência de acordo dentro das elites sobre um projeto comum de acumulação que substituísse o

desenvolvimentismo. Um dado aponta a disputa entre o empresariado financeiro e o industrial e agrícola: Dreifuss (1989: 35) estima que o Estado brasileiro tenha investido cerca de US\$ 11 bilhões de dólares anuais na agricultura e na indústria, entre 1973 e 1985, por meio de renúncias fiscais e subsídios, valor suficiente para quitar a dívida externa pública, estimada em US\$ 64 bilhões em 1980 (ALMEIDA, 2011: 58-59).

Também nos anos 1980, disseminou-se a agenda política neoliberal, a partir dos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra (1979-1990) e de Ronald Reagan nos EUA (1981-1989); ela passou a ser dominante em vários países desenvolvidos e em alguns da América Latina, como México, Chile e Argentina. O neoliberalismo caracteriza-se pela privatização de empresas públicas, fim das medidas protecionistas, retirada de impostos sobre a riqueza e de gastos sociais do Estado (ANDERSON, 1995). Essa ideologia pode ser interpretada como expressão da dominação do setor financeiro sobre o sistema capitalista internacional, a partir de 1945 (SEVCENKO, 2001).

No fim da mesma década, parte da burguesia brasileira passou a defender a redução da presença do estado na economia, sobretudo os setores próximos ao capital internacional; porém, tal posição não era dominante devido aos interesses vinculados às medidas protecionistas: subsídios, renúncias fiscais e reservas de mercado. A grande imprensa estava alinhada com a primeira posição, assim como a candidatura de Collor nas eleições de 1989, que associou um discurso moralista com um programa de medidas neoliberais (LATTMAN-WELTMAN, 1994: 50). O consenso das elites em torno da agenda neoliberal só foi consolidado com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994. Assim, o mandato de Collor pertence aos momentos finais da crise de hegemonia (ALMEIDA, 2011: 48).

Os editoriais

A análise dos editoriais será norteadas por duas questões: qual a posição de cada jornal sobre o impeachment do presidente; e qual a posição acerca da continuidade do seu programa de governo. Foram privilegiados os editoriais publicados no dia da votação da admissibilidade do impeachment com a finalidade de observar como os jornais pretendiam influenciar a posição do seu público e dos deputados naquele dia decisivo para o mandato presidencial.

O primeiro excerto a ser analisado pertence ao texto “Impeachment” da FSP, publicado excepcionalmente na capa da edição de 29 de setembro:

1 [...] A sociedade já proferiu o seu veredito, a altura do crime cometido contra a
2 nação: Fernando Collor deve deixar a Presidência da República, por não ter
3 observado o decoro e a dignidade inerentes à instituição. Espera-se agora dos 503
4 parlamentares [...] que cumpram com sua obrigação moral e política: autorizar o
5 processo de impeachment de um presidente que envergonha o Brasil. [...]
6 A reforma da sociedade e do Estado brasileiro, que Collor inquestionavelmente
7 contribuiu para inscrever na agenda das prioridades do país, avançou timidamente,
8 sob o peso colossal de práticas oligárquicas [...] (FOLHAPRESS, Folha de S.
9 Paulo, “Impeachment”, 29/9/1992: 1).

A FSP defende o impeachment de Collor de forma contundente, considerando o presidente um criminoso de quem o país se envergonha e que já foi julgado culpado pela sociedade. Assim, votar pelo afastamento é um imperativo moral para os parlamentares (linhas 1-5). Por fim, há uma defesa do programa do governo, apesar da constatação de que suas práticas “oligárquicas” impediram o avanço da agenda (linhas 6-8).

A seguir, há um trecho do texto “Razões para o sim”, publicado na capa do JB, no mesmo dia:

1 [...] Finalmente – é preciso lembrar –, o presidente da República elegeu-se como
2 caçador de marajás, empolgando o país com uma campanha de moralização dos
3 costumes e prometendo regenerar a vida pública brasileira, marcada pela
4 corrupção, pelo clientelismo e pela impunidade. Collor não honrou tal compromisso
5 e comprometeu toda a sua plataforma de governo. Por essa razão o **JORNAL DO**
6 **BRASIL** retirou seu apoio ao presidente, nesta hora de definição inapelável.[...]
7 A defesa não veio. [...] Nada do que Collor disse até agora ajuda a identificar os
8 fantasmas que andaram engordando a sua conta bancária, vestindo a primeira-
9 dama e refazendo seus jardins mirficos.
10 Em face de tudo isso, e em nome dos mais altos interesses da nação, o **JORNAL DO**
11 **BRASIL** espera que os congressistas sejam fiéis ao sentimento geral do povo
12 brasileiro e votem pela admissibilidade do processo de impeachment do presidente
13 da República [...] (ACERVO/CPDOC JB, Jornal do Brasil, “Razões para o sim”,
14 29/9/1992: 1, grifo do jornal).

Assim como a FSP, o JB também defendeu o impeachment. O último jornal ressalta a traição da imagem moralizadora de Collor, que foi propagada na campanha presidencial

9 *competitividade, e do abandono das muletas do protecionismo. De olho nos direitos*
10 *do contribuinte e do consumidor, o **JORNAL DO BRASIL** defendeu que a nossa*
11 *economia precisava, para lá da estabilidade, sofrer um enérgico processo de*
12 *desregulamentação [...] (ACERVO/CPDOC JB, Jornal do Brasil, “Razões para o*
13 *sim”, 29/9/1992: 1, grifo do jornal).*

O jornal defende os valores da democracia e da economia de mercado (linhas 3-5) e as seguintes medidas econômicas: privatização, retirada de políticas protecionistas e desregulamentação (linhas 7-12). Tais políticas são muito semelhantes às defendidas pela FSP ao falar em “redução da máquina do Estado”, integração ao mercado internacional e oposição à “economia de cartório”, o que corresponde à desregulamentação.

A seguir, o excerto de OESP, parte do texto “Sentido de uma votação”, que foi publicado na página 3 do caderno principal, no dia seguinte ao afastamento de Collor:

1 *[...] o Brasil, tendo perdido a grande oportunidade histórica que se abria de*
2 *reconstruir o Estado, modernizar a economia, abrir os canais de ascensão social*
3 *aos jovens e incorporar-se ao Primeiro Mundo, se vê forçado a refazer os caminhos*
4 *de sempre à procura de sua redenção, frustrado que foi o ideal da campanha de*
5 *1989.*
6 *[...] A Nação, traída mais uma vez, demonstrou que sabe escolher quando lhe é*
7 *dada a oportunidade: a vontade do povo nunca erra. Ela não errou ao escolher um*
8 *jovem para representar uma nação de jovens: alguém que prometia a reforma do*
9 *Estado e a modernização da sociedade [...] O povo não errou, foi traído pela cobiça*
10 *de alguns poucos, pela cumplicidade de muitos [...] (AGÊNCIA ESTADO, O*
11 *Estado de S. Paulo, “Sentido de uma votação”, 29/9/1992: 3).*

OESP lamenta o desfecho do mandato de Collor e a chance perdida de colocar em prática o programa que o elegeu (linhas 1-5). Evoca as imagens de juventude e novidade para elogiar tal programa (linhas 7-9), oposto aos caminhos tradicionais da política brasileira (linhas 3-5). O editorial defende ideias presentes nos outros textos analisados, como “modernizar a economia” e “reconstruir o Estado”.

O excerto escolhido do jornal *O Globo* faz parte do mesmo texto já utilizado, “Renúncia, agora”:

Antes da posse de Collor, havia boa expectativa na grande imprensa acerca das medidas anunciadas para combater a inflação: política monetária recessiva, liberalização de preços e salários, reforma administrativa do Estado, através da diminuição do número de ministérios e de funcionários públicos, e privatização de empresas estatais, com o uso de títulos da dívida pública pelos compradores (LATTMAN-WELTMAN, 1994: 47-60). No entanto, o governo fracassou na realização da maior parte dessas políticas.

Com o objetivo de combater a inflação, foi lançado o Plano Collor I em março de 1990. Ele alterou a moeda de cruzado para cruzeiro, em regime de câmbio flutuante, e confiscou fundos das contas bancárias: os saques das contas correntes e poupanças foram limitados a, no máximo, 50 mil cruzeiros e os saques da aplicação financeira overnight a 25 mil cruzeiros, ficando os fundos restantes retidos no Banco Central. Porém, os índices de inflação só caíram nos primeiros meses, se aproximando de 20% ao mês em dezembro de 1990.

O fracasso do plano foi agravado pela manutenção de juros altos, resultando em um encolhimento de 4,3% do Produto Interno Bruto, a maior recessão desde a Segunda Guerra Mundial. A crise afetou os grupos de mídia, como se percebe no caso do Grupo Folha em que houve queda de faturamento. Ele foi estimado em R\$ 293 milhões em 1989 e caiu para R\$ 276 milhões em 1990, sendo que o resultado de 1989 só foi superado em 1992 (FOLHA DE S. PAULO, 2002).

O governo também fracassou na tentativa de liberalizar preços e salários. Durante o ano de 1990, a indexação salarial deixou de ocorrer e foram desregulamentados os preços de combustíveis, remédios, transportes, máquinas agrícolas, alimentos, etc. Contudo, em 31 de janeiro de 1991, foi lançado o Plano Collor II que reajustou e congelou preços e salários, desvalorizando os últimos, visando deter a inflação. O único dos grandes jornais a apoiar esse plano foi o JB, que divulgou uma entrevista com o presidente no dia 3 de fevereiro de 1991.

As medidas mais elogiadas pelos grandes jornais foram as privatizações, a redução de gastos públicos e o fim de políticas protecionistas, como, por exemplo, a reserva de mercado para produtos nacionais de informática, extinta em 1991. O governo federal diminuiu o número de ministérios para doze, vendeu mansões e carros oficiais, extinguiu 24 instituições estatais e autárquicas, como o Instituto do Açúcar e do Alcool e o Instituto Brasileiro do Café, e criou metas para demissão de funcionários públicos e redução de salários.

O Programa Nacional de Desestatização iniciou-se com o leilão da empresa siderúrgica USIMINAS, em outubro de 1991. Até sofrer o impeachment, Collor privatizou mais doze empresas: as siderúrgicas, Companhia Siderúrgica do Nordeste (COSINOR), COSINOR Distribuidora, Companhia Siderúrgica de Tubarão e Aços Finos Piratini; as mineradoras Álcalis do Rio Grande do Norte e Companhia Nacional de Álcalis; as petroquímicas Petroflex e Companhia Petroquímica do Sul; do ramo de fertilizantes, Fertilizantes Fosfatados S.A.; de aviação, a Companhia Eletromecânica CELMA; e ligadas aos transportes, a Material Ferroviário S/A e Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2011). *O Globo*, OESP, FSP e JB foram favoráveis às vendas e publicaram textos pressionando pela privatização de outras empresas como Embraer, Telebrás e Companhia Siderúrgica Nacional.

Mas, de forma geral, a cobertura da grande imprensa era crítica ao governo. Após o Plano Collor II, os jornais se aproximaram da burguesia industrial ao criticar a alta dos juros e a regulação de preços e salários. Além disso, desde junho de 1990, eles publicaram uma série de denúncias de irregularidades cometidas por membros do governo: contratações de empresas sem licitação, tráfico de influência em operações realizadas pela Petrobrás, compras superfaturadas, etc. (LATTMAN-WELTMAN, 1994: 81-96). Uma das explicações para a divulgação dessas denúncias foi o impacto inédito do Plano Collor I nas finanças privadas. Trabalhadores perderam rendimentos dos seus Fundos de Garantia do Tempo de Serviço, empresas deixaram de contratar, pessoas que haviam vendido bens, como casas ou carros, ficaram sem dinheiro algum, entre outros prejuízos. Na seção de correspondências de leitores da revista *Veja*, surgiram histórias de pessoas atingidas pelo plano que beiravam o suicídio (KUCINSKI, 1998: 173). Com o retorno da inflação, consolidou-se uma antipatia contra o presidente em um público de classe média, que era consumidor dos grandes jornais e revistas.

Collor teve uma relação bastante conflituosa com a FSP, o que pode ser relacionado com o seu apoio ao impeachment. O jornal sofreu uma operação da Polícia Federal nos primeiros dias do mandato, em 23 de março de 1990, acusado de irregularidades na conversão da moeda para o cruzeiro em faturas publicitárias. A FSP tomou a operação como retaliação aos textos críticos à candidatura de Collor, publicados antes do primeiro turno da eleição de 1989. O jornal criticou a operação, chamada de invasão em várias manchetes e textos jornalísticos, onde o presidente foi comparado aos ditadores Mussolini e Ceausescu.

Em julho de 1990, o repórter Gustavo Krieger revelou a contratação sem licitação das agências publicitárias Setembro e Giovanni Associados, que haviam trabalhado na campanha eleitoral de Collor, para realizar campanhas para a Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Receita Federal, Banco do Brasil e a publicidade do Plano Collor (CONTI, 1999: 336; LATTMAN-WELTMAN, 1994: 82). O presidente reagiu processando Krieger, Otavio Frias Filho e mais dois jornalistas da FSP por calúnia. O processo de um presidente em exercício contra jornalistas era inédito na história brasileira; o resultado foi a absolvição deles, em janeiro de 1992. O texto citado anteriormente, “Carta aberta ao sr. presidente da República”, de 25 de abril de 1991, foi escrito no contexto da disputa judicial.

Já a relação do presidente com o Grupo Globo era de proximidade, como indicou a ausência de críticas no editorial “Renúncia, agora”. A família de Collor controla, até os dias correntes, um grupo de mídia alagoano, a Organização Arnon de Mello (OAM), que possui um canal de televisão retransmissor da *Rede Globo*. Em 1978, Leopoldo Collor, irmão do presidente, dirigiu a *Globo Nordeste*, que retransmite a mesma rede em Pernambuco.

Outro elemento que vincula governo e imprensa é o investimento em publicidade de órgãos estatais nos jornais e revistas, que caiu no mandato de Collor: a verba do Banco do Brasil diminuiu de US\$ 41 milhões, em 1989, para US\$ 6 milhões, no ano seguinte e a da Caixa Econômica Federal, caiu de US\$ 32 milhões para US\$ 12 milhões. A redução teve maior impacto em empresas em dificuldades financeiras como o JB e o Grupo Manchete. Além disso, a liberação dos contratos de publicidade foi centralizada em um secretário de Collor, Cláudio Vieira, que pressionava imprensa. Um exemplo é a afirmação de Vieira para Domingo Alzugaray, proprietário do Grupo Três, que controla a revista *Isto É*, de que ela não recebia anúncios ligados ao governo federal devido a sua atuação crítica a ele (CONTI, 1999).

Essa condução do investimento em publicidade pode ser utilizada como hipótese para explicar a alteração de posição do JB, se for considerado o quanto ele recebia de verba publicitária federal e qual a representatividade dela para o seu faturamento. A pressão da FSP e de OESP pela saída de Collor também pode ser associada a um anseio geral dos grandes veículos de imprensa pela alteração da gestão das verbas publicitárias.

Em um contexto mais amplo, a imprensa passou por um processo de modernização e diversificação de investimentos nos anos 1980 e 1990, cuja resultante é a aproximação dela ao capital internacional e o interesse em medidas neoliberais. Na primeira década, houve a introdução do uso de computadores nas redações, o que correspondeu à demanda pelo fim da

reserva de mercado para produtos de informática fabricados no Brasil. Assim, as máquinas de escrever foram substituídas, o que adiantou o fechamento das edições e eliminou vários intermediários entre o repórter e a impressão, cuja conexão pelo computador passou a ser instantânea. Em 1982, o primeiro grande veículo a introduzir os computadores foi a FSP, acarretando na demissão de 73 revisores em um ano. Outra mudança técnica foi o uso de cores em edições corriqueiras, um dos pioneiros nessa transformação foi OESP, em 1991.

Após o mandato de Collor, aconteceu um forte investimento em outros setores da economia. Houve a criação de jornais on-line para emissão imediata de informações na internet; o pioneiro foi o JB que criou seu site em 1995. O Grupo Folha investiu em um provedor de acesso à internet (ramo do qual iria se retirar em 2000) e em um portal de conteúdo, o *Universo Online* (UOL), também criado em 1995. Ainda ocorreu o investimento dos grupos Globo e Abril na venda de televisão por assinatura. O primeiro criou com esse objetivo a empresa NET, onde tornou-se sócio do grupo mexicano Telmex, e investiu na empresa Sky, onde é sócio do conglomerado norte-americano News Corporation. A Abril constituiu a empresa TVA, que não foi bem-sucedida (CAMARGO, 2008: 274).

A ligação com o capital internacional também foi realizada pelos grupos Abril, Folha e OESP. O Grupo Abril vendeu suas ações a um fundo norte-americano de investimento, administrado pela Capital Internacional Inc., e ao grupo sul-africano de mídia Naspers. O Grupo Folha vinculou-se à empresa Quad/Graphics USA para criar a indústria gráfica Plural, em 1996 (PLURAL INDÚSTRIA GRÁFICA, [20--?]), e vendeu parte das ações do UOL para a empresa portuguesa Portugal Telecom (VILAMÉIA, 2008), que retirou-se do negócio em 2010.

Também deve ser citada a participação dos grupos OESP e Globo nos leilões de bandas de telefonia celular e do sistema Telebrás em 1997 e 1998, respectivamente. O primeiro juntou-se ao Banco Safra, à empresa brasileira Splice Telecom e à americana Bell South, integrante do grupo AT & T, e fundou a BCP, que comprou os direitos de telefonia celular para o serviço de banda digital na cidade de São Paulo e no Nordeste, em 1997. O Grupo Globo, em consórcio com a companhia italiana Telecom Itália Mobile (TIM), o banco Bradesco e a empresa nacional Vicunha Telecomunicações, adquiriu os mesmos direitos para o estado de Minas Gerais, além de adquirir ações da TeleSul celular (NOVAES, [199-?]).

O processo de modernização acarretou na criação de dívidas que levou três famílias a vender os veículos de mídia de que eram proprietárias, no início dos anos 2000: os Bloch,

donos da *TV Manchete* e das revistas *Manchete*, *Fatos & Fotos* e *Pais & Filhos*; os Nascimento Brito, antigos donos do JB (que deixou de circular impresso em 2010, permanecendo como jornal on-line); e a família Levy, proprietária da *Gazeta Mercantil*. A família Mesquita também se retirou da administração do Grupo OESP, mantendo o controle sobre a linha editorial dos jornais (Jornal da Tarde e OESP). Estas transformações tornaram mais fechado o controle do mercado de mídia nacional, dominado pelo último grupo e outros seis, ligados a seis famílias: Abravanel (SBT), Civita (Abril), Frias (FSP), Marinho (Globo), Saad (Bandeirantes) e Sirotsky (Rede Brasil Sul, RBS).

Considerações Finais

A singular composição entre o apoio geral dos jornais à agenda de Collor e a oposição de parte deles a sua liderança política pode ser explicada em parte pelo corte de investimentos publicitários e pela relação específica do presidente com os veículos, como o exemplo conflituoso com a FSP.

No entanto, o fator determinante para o alinhamento dos jornais com a agenda neoliberal é o processo de investimento em novos negócios e de endividamento que tornou ainda mais apertada a ligação entre as empresas de mídia brasileiras e o capital internacional, na forma de investidores e de anunciantes: “Não se trata apenas daquilo que os anunciantes supostamente obrigam a dizer, mas que anunciantes e veículos tem necessidades comuns a construir e preservar” (SILVA, 2005: 40). A afirmação de Silva pode ser estendida aos investidores. A defesa pelos editoriais das privatizações, da retirada de medidas protecionistas e da liberalização de preços e salários está sintonizada aos próprios interesses empresariais dos grupos de mídia e aos interesses dos conglomerados internacionais que passaram a investir e anunciar em maior escala nos jornais, rádios e televisões destes grupos.

Resta uma questão em aberto que é explicar a necessidade de trocar o presidente e o grupo político que o cerca para manter a agenda neoliberal. Embora este artigo não tenha elementos suficientes para responder a essa pergunta, o fracasso de Collor em aplicar boa parte das medidas econômicas anunciadas antes da sua posse pode evidenciar que ele não foi bem sucedido em construir um acordo dentro dos diversos interesses da burguesia em torno do seu programa neoliberal. Como já foi relatado, havia grande discordância entre setores da indústria nacional e da produção agropecuária, favorecidos com os subsídios e as reservas de

mercado, e parte do empresariado mais próxima do capital internacional, como o setor financeiro e a grande mídia, simpáticos ao neoliberalismo.

No período seguinte ao impeachment, com a criação do Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso, os diversos interesses da burguesia foram reconciliados em torno de um outro programa neoliberal. Questões para futuras pesquisas seriam quais transformações dentro da agenda neoliberal tornaram a reconciliação possível e como elas se relacionam com o fato do Plano Real ter sido bem sucedido no combate a inflação.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **História de uma década quase perdida**. PT, CUT, Crise e Democracia no Brasil: 1979-1989. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

CAMARGO, Cláudio. O Meio é a Mensagem: A Globalização da Mídia. In: LUCCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luíza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

DREIFUSS, René. **O Jogo da Direita**: na Nova República. Petrópolis: Vozes, 1989.

FOLHA DE S. PAULO; PATURY, Felipe. Jornal cresce e se torna grupo de mídia. 2002. IN: FOLHA ONLINE. Folha de S. Paulo 80 anos: Tudo sobre a Folha. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/grupo_folha.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2015.

FRANÇA, Vinícius Sales do Nascimento. **A Folha de S. Paulo e os protestos pelo impeachment de Collor**. 2015. 102f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **A Imprensa faz e desfaz um presidente**: o papel da imprensa na ascensão e queda do fenômeno Collor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). Empresas estatais federais privatizadas desde 1990. [20--?] IN: Sítio institucional do MPOG na internet.

Disponível em: < http://www.planejamento.gov.br/marcella/dest-1/empresas-estatais/univest_privatizadas.pdf >. Acesso em: 20 fev. 2015.

NOVAES, Ana. Privatização do setor de Telecomunicações no Brasil. [199-?]. IN: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Sítio institucional do BNDES na internet. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/ocde/ocde05.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

PLURAL INDÚSTRIA GRÁFICA (Plural). Histórico. IN: Sítio institucional da Plural na internet. Disponível em: <<http://www.plural.com.br/historico.php>>.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: No loop da montanha russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Carla Luciana. **VEJA: O indispensável partido neoliberal**. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Niterói, 2005. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/Veja-Carla-Silva.pdf>>. Acesso em 1 mar. 2014.

VILLAMÉA, Luíza. Revolução Tecnológica e Reviravolta Política. IN: LUCCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luíza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.